

# **Simulação e dissimulação do império colonial português em Belém, Lisboa (1940/2020): a secção colonial e o jardim botânico tropical**

Cláudia Castelo\*

Recebido em: 31/03/2021

Aprovado em: 12/07/2021

## **Resumo**

O Jardim Botânico Tropical (JBT), situado em Belém, Lisboa, assemelha-se a uma estação arqueológica com várias camadas a descoberto, mas em plano horizontal. Ali é possível distinguir vestígios patrimoniais dos séculos XVII ao XX, entre os quais “restos” da secção colonial da Exposição do Mundo Português, o grande evento de propaganda do Estado Novo português realizado em plena Segunda Guerra Mundial. Embora o JBT tenha estado sob a dependência do Instituto de Investigação Científica Tropical entre a década de 1980 e 2015, e desde então faça parte da Universidade de Lisboa, estas instituições não promoveram uma reflexão pública sobre a sua história e legado coloniais. Este artigo propõe uma abordagem crítica daquele espaço baseada na análise dos processos de simulação e dissimulação do último império português que ali ocorreram e ainda ocorrem, descortinando, em particular, a camada histórica de 1940.

## **Palavras-chave**

Jardim Colonial; Museu Agrícola Colonial; Exposição colonial; “Zoo humano”; Portugal.

## **Abstract**

The Tropical Botanical Garden (JBT), located in Belém, Lisbon, resembles an archaeological station with several layers uncovered, but in horizontal plane. There, it is possible to distinguish heritage traces from the 17<sup>th</sup> until the 20<sup>th</sup> Century, namely the “remains” of the colonial section of the Portuguese World Exhibition, the great propaganda event of the Portuguese New State held during the Second World War. Although the JBT was under the dependence of the Tropical Research Institute between the 1980s and 2015 and has afterwards been part of the University of Lisbon, these institutions have not promoted a public reflection on its colonial history and legacy. This article proposes a critical approach of that space based on the analysis of the (dis)simulation processes of the last Portuguese empire that have occurred and still occur there, uncovering in particular the 1940 historical layer.

## **Keywords**

Colonial garden; Colonial Agriculture Museum; Colonial exhibition; “Human zoo”; Portugal.

---

\* Investigadora no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Av. Professor Aníbal Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa, Portugal, com doutorado em Ciências Sociais (vertente Sociologia Histórica) pela mesma universidade. As suas pesquisas e publicações têm incidido sobre a história do império colonial português nos séculos XIX e XX, nomeadamente a circulação de pessoas, ideias (anti-)coloniais e conhecimento científico. Email: [claudia.castelo@ics.ulisboa.pt](mailto:claudia.castelo@ics.ulisboa.pt).

## Introdução

O Jardim Botânico Tropical (JBT) situa-se na cidade de Lisboa, na freguesia de Belém, a mais ocidental da capital portuguesa e seguramente uma das mais conhecidas e visitadas. De frente para o rio Tejo, tem, de um lado, o Palácio de Belém, outrora palácio real e desde a instauração da República em Portugal (1910) residência oficial do chefe de Estado; e, do outro, o Mosteiro dos Jerónimos, mandado construir pelo rei D. Manuel I no início do séc. XVI, após o regresso de Vasco da Gama da primeira viagem marítima à Índia. Belém assume-se como o espaço público de Lisboa (e de Portugal) onde, por excelência, se inscreve e condensa a memória alusiva à experiência imperial portuguesa.<sup>1</sup> Materializada ainda no século XVI no Mosteiro dos Jerónimos e na Torre de Belém, essa memória foi sendo reconfigurada e atualizada ao longo do tempo até aos nossos dias.

Quem visitar o JBT poderá verificar que se assemelha a uma estação arqueológica com várias camadas a céu aberto, não em profundidade, mas em plano horizontal. Ali é possível distinguir, lado a lado, vestígios patrimoniais que remontam ao século XVII (a Casa do Fresco e o Palácio dos Condes da Calheta); estatuária dos séculos XVII-XVIII; o lago, a estufa principal e grande parte do coberto vegetal, do início do século XX; o arco de Macau, a casa colonial, o pavilhão das matérias-primas e o restaurante colonial, bustos dos “povos do império” e outros restos materiais da secção colonial da Exposição do Mundo Português, de 1940; e, ainda, intervenções pontuais posteriores, como o busto do poeta Luís Vaz de Camões, colocado na década de 1990 num recanto do jardim oriental. Além de diferentes temporalidades, o jardim representa, através da sua flora, várias geografias das zonas tropical, intertropical e temperada. Junto à entrada principal, a Alameda das Washingtonias remete-nos para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Com base em fontes de arquivo, escritas e visuais, num conjunto alargado de referências bibliográficas (da história à museologia e aos estudos pós-coloniais) e na observação direta do espaço, este artigo propõe-se analisar criticamente os processos de simulação e dissimulação do império colonial português que ali ocorreram e ocorrem, dando especial atenção à camada histórica constituída pelos indícios da secção colonial da Exposição do Mundo Português.<sup>2</sup> Pretendo, deste modo, equacionar os desafios que o JBT enfrenta, se quiser adoptar uma postura crítica sobre a sua história e legado coloniais, abrir-se a interpretações novas e plurais e, assim, prestar um verdadeiro serviço público aos visitantes.

No artigo, a secção colonial é encarada como “dispositivo de simulação do mundo”, isto é:

(...) um arranjo de objetos, lugares, instalações que proporcionam aos seus visitantes a experiência paisagística de imersão em outro espaço-tempo, no qual eles se encontram virtualmente deslocados por processos de ilusão. Gerados por uma reviravolta nas escalas, uma suspensão do tempo e uma imersão dos corpos, esses processos tendem a influenciar tanto a imaginação quanto a consciência geográfica de quem os vivencia.<sup>3</sup>

Veremos, mais à frente, como a secção colonial se propôs simular o império colonial português do Estado Novo. Acresce que o JBT, ao longo da sua existência, pode ser entendido como um dispositivo dinâmico de simulação do “mundo português”, enquanto conjunto das áreas de colonização e influência portuguesa.

Incluo no quadro conceitual a noção de dissimulação, com a qual pretendo descrever e desconstruir o processo contemporâneo de ocultação da individualidade de cada camada histórica presente no JBT, por detrás do emaranhado de elementos materiais; a dissimulação enquanto prática de sonegação ao público de uma narrativa capaz de ordenar, contextualizar e explicar a amálgama de vestígios históricos, emparelhando os objetos que subsistem no jardim com as suas várias temporalidades e propósitos. A dissimulação do legado nacionalista-colonialista curiosamente também concorre para a simulação de uma unidade luso-tropical atemporal, alijada da carga negativa do colonialismo moderno.

Antes de me centrar na secção colonial, e com vista à sua melhor contextualização histórica, abordo em traços largos a ideologia colonial do Estado Novo português nas décadas de 1930-1940 e proponho uma breve incursão no Jardim Colonial e no Museu Agrícola Colonial.

## **1. Nacionalismo imperial do Estado Novo português**

O nacionalismo imperial português atravessa diferentes regimes políticos em Portugal desde finais do século XIX: a Monarquia Constitucional (até 1910), a Primeira República (1910-1926), a Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974). Até à reforma constitucional de 1951, o Acto Colonial corporiza o projeto político do Estado Novo para o império colonial português. Este diploma estabelece que “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas”. Em traços

gerais, aquele documento traduz o desejo do governo de Salazar de romper com a orientação republicana de descentralização administrativa e investimento do Estado no fomento colonial e reflete certa apreensão em face de uma eventual cobiça de outras potências pelos territórios coloniais portugueses.<sup>4</sup> A visão mais humanista da República sobre os africanos, que estivera presente nalguns políticos da monarquia constitucional, como Sá da Bandeira e Andrade Corvo, dá lugar a uma concepção marcada pelas correntes racistas de final do século XIX, em linha com Oliveira Martins e a “geração de 95” (das campanhas de ocupação territorial e subjugação dos povos africanos), baseada na crença na inferioridade irremediável da “raça” negra.

Nos anos de 1930, o Estado Novo português, sem legitimidade democrática, procura aceitação e consagração pública pela associação do seu projeto nacional e imperial a um passado apresentado como glorioso. O aparelho de estado aposta na criação de uma “mística imperial”, capaz de incutir nos portugueses uma consciência e mentalidade colonial que se alimente do orgulho pelo império e se traduza na sua defesa. A “ofensiva ideológica”, dirigida à comunidade escolar e à população em geral, tem como instrumentos a escola, os meios de comunicação, a propaganda e a comemoração de datas e eventos históricos.<sup>5</sup> Nesse âmbito, realizam-se exposições – a Exposição Colonial Portuguesa, no Porto (1934), e a Exposição do Mundo Português, em Lisboa (1940), são as maiores iniciativas de uma “pedagogia coletiva” de resgate e ressurgimento do império – e congressos (em especial o Congresso do Mundo Português, 1940), publicam-se revistas (como *Mundo Português*, 1934-1947), realizam-se filmes, promovem-se cruzeiros de férias às colónias, concursos literários, erguem-se monumentos a acontecimentos e personalidades alusivas à “Fundação, Restauração e Refundação do Estado português”, reformulam-se os programas escolares, repetem-se anualmente “liturgias” nacionais como a “Semana das Colónias”. A Agência Geral das Colónias é reorganizada para um melhor cumprimento da sua função de propaganda da obra de colonização e civilização portuguesa em África, uma obra cujo *leitmotiv* é a “propagação da fé e do império”.

Armindo Monteiro, ministro das Colónias entre 1931 e 1935, foi um dos principais ideólogos da “mística imperial”. Pela evocação retórica e manipuladora da história dos “descobrimientos” e da “pacificação” em África, Monteiro concebeu o império como algo eterno, que pairava acima de todos os interesses materiais e se confundia com o passado, a moral e a vontade profunda do povo português. O novo conceito de império foi abundantemente explorado pelo discurso político e pela

propaganda do Estado Novo. Esta utiliza diversas ferramentas de comunicação de massas para afirmar a ideia da grandeza, extensão territorial, abundância e riqueza dos recursos do império colonial português, e da própria nação portuguesa (dada a tendencial homologia entre império e nação). Um exemplo paradigmático é o mapa “Portugal não é um país pequeno!”, da autoria de Henrique Galvão, cujo papel na construção de um imaginário geopolítico popular e de materialização visual da nação para o grande público já foi evidenciado.<sup>6</sup>

É importante, no entanto, referir que o clima de “arrebamento imperial” não se vive só em Portugal. Durante o período entre guerras, a mistificação do império, através de argumentos de cariz universalista, baseados na religião ou no Iluminismo, foi comum a outras potências imperiais europeias (como a Bélgica, a França, ou o Reino Unido): “em todas as partes a colonização faz-se em nome, quer da necessidade de explorar as riquezas do continente africano, quer do dever de ‘elear’ as raças atrasadas ou inferiores, difundindo os benefícios da colonização ocidental”.<sup>7</sup> Todavia, no caso português estabelece-se uma conexão estreita entre a questão colonial, o regime político e a identidade nacional, o que facilita o processo de sacralização do império e retira espaço às correntes anticolonialistas, que só terão importância nos últimos anos do Estado Novo. Enquanto que noutros países europeus com territórios coloniais, o nacionalismo se divide em correntes favoráveis e desfavoráveis ao projeto de expansão colonial, o nacionalismo português, seja republicano seja salazarista, era imperialista.<sup>8</sup>

O passado que o Estado Novo português escolheu celebrar, e que era o terreno no qual o presente se devia alicerçar, incluía a fundação da nacionalidade portuguesa em 1140, o fim da união das duas coroas ibéricas sob domínio espanhol, em 1640, mas também e, sem surpresa, as navegações marítimas e as chamadas descobertas dos séculos XV e XVI, e a colonização de territórios noutros continentes, como o Brasil.<sup>9</sup> Com esse propósito, o governo de Salazar lançou um ambicioso programa de “comemorações do duplo centenário” de 1940 – o ano do “ressurgimento apoteótico da Nação” – e a Exposição do Mundo Português, realizada em Belém, foi a sua iniciativa central.<sup>10</sup> Deve notar-se que Portugal propunha-se celebrar a “vitória da raça em oito séculos de história”, permanecendo neutral no conflito mundial que, desde 1939, opunha os nazifascistas às forças aliadas, contando estas com o importante contributo de tropas africanas das colónias britânicas e francesas. A Exposição do Mundo Português seria oficialmente inaugurada a 23 de junho de 1940, oito dias depois da ocupação de Paris, e no dia seguinte à assinatura do armistício entre a França e a Alemanha, em Compiègne, consumando a

ocupação do norte e oeste da França pelo exército alemão; o governo francês sediado em Vichy ficava doravante subordinado aos nazis.<sup>11</sup> Durante o período em que a Exposição esteve aberta ao público, até 2 de dezembro de 1940, as primeiras páginas da imprensa portuguesa dão grande destaque ao evento, que aparece lado a lado com os dramáticos desenvolvimentos da “guerra europeia”.

## **2. O Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial**

Vejamos, em traços largos, a configuração prévia e a missão das instituições em cujo espaço foi montada a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. O Jardim Colonial encontrava-se instalado na antiga cerca do Palácio de Belém desde 6 de junho de 1912. A instituição fora criada pelo decreto régio de 25 de janeiro de 1906, que instituiu o ensino agronómico colonial e tinha como principal missão dar apoio a este ensino, disponibilizando aos alunos exemplares da flora das colónias, garantindo uma demonstração “rigorosamente científica e educativa” e “a noção viva da realidade” aos futuros agrónomos “que desejem servir no ultramar”.<sup>12</sup> A instalação do Jardim Colonial em Belém exigiu uma transformação do espaço pré-existente, onde se encontravam inúmeras árvores das zonas temperadas. Em 19 de junho de 1913, o presidente da República, Manuel de Arriaga, foi convidado a plantar no Jardim Colonial uma palmeira mexicana (*Brahea edulis* H. Wendl ex S. Watson).<sup>13</sup> Esse gesto simbólico abriu caminho para as principais transformações da paisagem do Jardim Colonial ocorridas no ano seguinte. Em 1914 foram inauguradas as estufas de aclimatação para espécies tropicais e subtropicais e grande parte do “bosque decrépito” foi substituído por “plantas exóticas mais em harmonia com as características e finalidade da nova instituição”.<sup>14</sup>

O processo de transformação do espaço gerou controvérsia. No Parlamento, o deputado Ezequiel de Campos foi muito crítico em relação à destruição das árvores do Jardim Colonial, um património nacional que merecia ser preservado.<sup>15</sup> No Senado, José de Castro denunciou a destruição de mais de cem árvores europeias algumas das quais centenárias.<sup>16</sup> Este senador reputou que a destruição das árvores foi um “ato de vandalismo”, nem “científico nem patriótico”; e explicou que as árvores foram arrancadas, até com dinamite, porque “atrapalhavam a ilusão tropical.” Usando de ironia, remata: “Pois o melhor é mandar pintar os empregados de preto. Então terão conseguido a cor local completa”.<sup>17</sup> Ao invés, o senador Manuel de Sousa da Câmara, vice-diretor do Instituto Superior de Agronomia (ISA), apoiou a acção em nome da ciência, da técnica e da estética do futuro jardim colonial. Por um lado, considerava a decisão respaldada na

autoridade científica e técnica de Bernardo de Oliveira Fragateiro, professor do ISA e por inerência diretor do jardim, e que já trabalhara em África, e do jardineiro-chefe, o francês Henri Navel, diplomado pela escola nacional de horticultura de Versailles. Por outro, não lhe parecia uma barbaridade derrubar “um maciço cerrado de velhas árvores, muitas já carcomidas”, que não sendo de natureza tropical não se ajustavam à índole do novo jardim.<sup>18</sup>

O projeto de Navel conjugou árvores, plantas e esculturas já existentes na antiga cerca do Palácio de Belém, a nova flora exótica e as estufas construídas propositadamente para o Jardim Colonial; o traçado dos caminhos foi renovado; e a lagoa e a ponte reconstruídas. O resultado final, combinando espécies vegetais de diferentes geografias e temporalidades, simulava a diversidade do império na capital metropolitana.

No topo norte do recinto, ficava o Palácio dos Condes da Calheta. A direção e serviços do jardim funcionavam no rés-do-chão e, no primeiro piso, foi instalado, em 1916, o Museu Agrícola Colonial. Este só viria a ser inaugurado ao público em 1929. Nas salas do primeiro andar, eram expostos os produtos agrícolas coloniais e ilustrados os seus usos económicos. A missão do museu consistia no estudo científico e técnico dos produtos agrícolas e florestais das colónias portuguesas e seus derivados, bem como dos provenientes de colónias estrangeiras e de países quentes, cuja produção se deveria fomentar nas colónias portuguesas; e na disseminação do conhecimento sobre a origem, produção, valor e aplicação desses produtos. Juntamente com o Jardim Colonial, o museu proporcionou o estudo económico das plantas tropicais e subtropicais e seus produtos, de forma a identificar a possibilidade da sua exploração económica nas colónias portuguesas ou o beneficiamento das existentes; além disso, auxiliou na divulgação do conhecimento sobre a flora colonial e a agricultura, prestando informações sobre assuntos de sua competência solicitados por entidades oficiais ou privadas.<sup>19</sup>

Além do pessoal privativo e dos professores e alunos do Instituto Superior de Agronomia, que públicos eram servidos pelas duas instituições? A informação que conseguimos reunir é escassa. Um guia de Lisboa publicado em 1924 informa que o jardim não estava aberto ao público, “mas era fácil obter autorização para a visita, entre as 8:00h e as 17:00h, todos os dias úteis”.<sup>20</sup> Fragateiro, num guia dos jardins de Lisboa publicado em 1935, menciona que o jardim era pouco conhecido, sendo visitado apenas por senhoras com os filhos e ex-militares que serviram em África, mas que merecia ser visitado por todos os portugueses.<sup>21</sup> O uso recreativo do jardim por pessoas que tinham vivido nas colónias indicia que os quatrocentos exemplares exóticos, entre os quais

notáveis plantas suculentas, palmeiras e uma enorme mandioca, eram capazes de criar uma “ilusão tropical.” Por sua vez, o Museu da Agricultura Colonial servia o público escolar (não apenas do ISA, mas de outras instituições de todos os graus de ensino) e o empresarial.

O Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial, duas instituições independentes mas relacionadas, que trabalhavam nas fronteiras entre a história natural, a economia e a propaganda imperial, partilhavam propósitos semelhantes e complementares: serviam como laboratórios agrícolas coloniais na capital do império, locais de experimentação, estudo e formação de engenheiros agrícolas e florestais coloniais, nós de redes científicas interimperiais e internacionais responsáveis pelo intercâmbio de material botânico com instituições congêneres estrangeiras, e locais de propaganda das potencialidades económicas das colónias portuguesas junto do grande público e empresários.

A localização destas instituições na área geográfica de Belém foi mutuamente benéfica. Desde a década de 1910, atualizaram e reforçaram o “complexo da memória” de Belém, agregando-lhe novos elementos científicos e tecnológicos, conectando o esforço coevo de ocupação territorial e exploração agrícola à pretérita “idade de ouro das descobertas”, tão exaltada pelo nacionalismo imperial, e a um futuro desejado de desenvolvimento económico racional do império e de prestígio internacional da nação.

### **3. Simulação imperial e experiência imersiva**

Como tratado neste dossiê, para acolher a Exposição do Mundo Português, o bairro de Belém sofreu profundas alterações: demolição de edifícios populares de habitação e comércio, inauguração da Praça do Império, remodelação urbana, grandes edifícios efêmeros, etc. Embora os promotores da exposição tivessem procurado veicular a ideia de que Belém estava pouco urbanizada e disponível para receber o evento, na prática foi necessário remover os vestígios do passado e da vida urbana presente que não se conformavam com a Lisboa mítica que se pretendia encenar.<sup>22</sup> A exposição era composta pela Secção Histórica, pela Secção de Etnografia Metropolitana ou Centro Regional (com as réplicas das aldeias portuguesas) e a Secção de Etnografia Colonial, ou simplesmente, Secção Colonial. Esta foi montada na área perfeitamente delimitada do Jardim Colonial e no edifício do Museu Agrícola Colonial, a nordeste da Praça do Império (figura 1). Ainda assim, também impôs grandes transformações àqueles espaços e a suspensão temporária da sua missão e das suas atividades regulares.





Figura 1. Mapa geral da Exposição do Mundo Português. Verso do *Guia Oficial da Exposição do Mundo Português*. Documento no domínio público.

O jardim foi esvaziado das esculturas do século XVIII, transferidas para o jardim contíguo do Palácio de Belém, e foi palco de diversas construções, como veremos mais à frente. Já o rés-do-chão do Palácio da Calheta deu lugar ao pavilhão da caça e turismo, onde figuravam animais selvagens embalsamados e um vasto documentário fotográfico. A fachada sul do palácio (voltada para o jardim) foi revestida com uma parede falsa em estuque, que retirava parte da luz natural ao seu interior, inclusivamente ao primeiro piso onde estavam as salas do Museu Agrícola Colonial.<sup>23</sup>

O capitão Henrique Galvão, alto funcionário do Ministério das Colónias e diretor da Emissora Nacional, que tinha dirigido a Exposição Colonial do Porto de 1934, foi nomeado diretor da Secção Colonial.<sup>24</sup> O seu programa pretendia projetar a diversidade geográfica, humana, cultural e económica do império nos sete hectares de jardim e no edifício do museu, tornando possível “em duas horas, o visitante percorrer todo o nosso império desde África ao Pacífico, com escalas de verdadeiro encanto”.<sup>25</sup> A intenção era que os visitantes ficassem deslumbrados com a exuberância da flora tropical, o potencial económico dos recursos naturais e o exotismo das populações autóctones. Enquanto que outras partes da Exposição do Mundo Português remetiam para o passado do país, a Secção Colonial dava conta do presente do império.

Por constrangimentos orçamentais, a Secção Colonial não podia competir com as últimas exposições internacionais, mas Galvão estava determinado a que fosse “a mais completa como documentário, a mais nova como apresentação”.<sup>26</sup> Para alcançar este objetivo, a Secção Colonial recorreu a instalações de luz e hidro-luminosas, ao som, à fotografia, à fotomontagem, a dioramas, mapas em relevo, esculturas em grande escala. Os dispositivos tecnológicos e as soluções expositivas ajudavam a criar um ambiente visual e sonoro misterioso destinado a simular o império e a envolver e cativar o público do certame.<sup>27</sup> Como coloca Elsa Peralta, as exposições internacionais foram uma das tecnologias institucionais mais populares para a reprodução de uma ideologia que combinava particularismo cultural e universalismo, historicismo e progresso. A cidade, moldada anteriormente pela ideologia que sacralizava o passado nacional, foi repensada como um lugar de modernidade, progresso científico, tecnológico, indústria e consumo.<sup>28</sup> Contava-se que “a originalidade da técnica e da apresentação” suprisse a “inferioridade material”, “afirmando de alguma forma a superioridade do espírito”.<sup>29</sup> A ideia de uma supremacia moral por detrás da missão colonizadora e civilizadora de Portugal fora da Europa fazia parte do nacionalismo português e, em particular, da “mística imperial” do Estado Novo, como vimos atrás.

Mesmo antes da abertura da Seção Colonial ao público, a 27 de junho de 1940, as crianças da escola vizinha assistiam ao surgimento de um cenário vibrante diante dos seus olhos. Na memória de uma dessas crianças, as maiores atrações foram os “cafés de pretos”, as “tabancas e outros aldeamentos indígenas”, os “animais exóticos”, “tudo tão ‘real’, tudo tão ‘autêntico’ para que os visitantes se sentissem (...) como se estivessem na África nossa”.<sup>30</sup> Um grande tanque de água foi construído junto da fachada do Palácio da Calheta voltada para o jardim e os alunos puderam ver, da janela da sala de aula, africanos descarregando as caixas de madeira que transportavam crocodilos e jacarés, e depois os animais mergulhando na água. Além dos animais exóticos, a tecnologia também maravilhou as crianças: um funicular usado durante a montagem da exposição para transportar as ferramentas e materiais, ficou depois da inauguração disponível para o público alcançar a parte superior do recinto (o acesso à secção colonial fazia-se pela ponte junto ao Mosteiro dos Jerónimos, pelo funicular no começo dessa ponte ou pela calçada do Galvão). Oferecia uma vista panorâmica de toda a área, conectando a zona baixa à parte alta do jardim, levando as pessoas em cadeiras suspensas. Desse modo, os visitantes podiam “ver de cima” a magnitude do império português e obter uma imagem bastante

clara e reconhecível dele a partir de uma perspectiva dominante; uma espécie de olho de Deus ao alcance dos colonizadores.<sup>31</sup>

Para proporcionar aos visitantes uma imersão no império colonial do Estado Novo, à ambiência tropical do Jardim Colonial, inclusive com um trecho a simular a selva, acrescentaram-se diversas construções: os pavilhões das colônias (Angola e Moçambique, Guiné Portuguesa, e das ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor), duas ruas “típicas” (da Índia e Macau), outros pavilhões (das missões católicas em África, arte nativa, modelo de casa portuguesa para as colônias, matérias-primas, turismo e caça), a avenida da Etnografia Colonial (galeria de reproduções escultóricas de bustos representativos das “raças e tribos do Império Colonial Português”, com base em documentação fotográfica do Instituto de Antropologia do Porto), expositores de produtos coloniais, monumentos, edifícios públicos, expositores oficiais de arte e réplicas de habitações e aldeias (figuras 2 e 3).<sup>32</sup>



Figura 2. Rua de Macau: reconstituição de uma artéria do território português na China, na secção colonial da Exposição do Mundo Português. Fotógrafo: Casimiro dos Santos Vinagre, 1940. Coleção Grande Exposição do Mundo Português de 1940 I FCG - Biblioteca de Arte e Arquivos.



Figura 3. Aldeia de bijagós e fulas (Guiné), na secção colonial da Exposição do Mundo Português. Fotografia: Casimiro dos Santos Vinagre, 1940. Coleção Grande Exposição do Mundo Português de 1940 IFCG - Biblioteca de Arte e Arquivos.

Galvão insistiu no papel das exposições como “espaços de reprodução fiel da vida colonial, revelando confiança na autenticidade das reconstituições”.<sup>33</sup> E, tal como na exposição industrial de Lisboa de 1932, ou na exposição colonial do Porto de 1934 (e em muitas outras exposições realizadas noutras cidades europeias e norte-americanas), incluiu uma exposição étnica, combinando espetáculo e ciência.<sup>34</sup> O “zoo humano”, com 138 homens, mulheres e crianças recrutados para o efeito nas colónias portuguesas, tornou-se uma das principais atrações para o grande público que compareceu em grande número à Exposição do Mundo Português (a estimativa é de três milhões de visitas). Para proporcionar ao visitante um maior nível de “realidade”, os visitantes podiam apreciar não só a variedade humana dos povos a que Portugal levara a fé e a civilização, mas assistir a cenas do seu quotidiano (figura 4).<sup>35</sup> Essa *performance* mais dinâmica não representou uma verdadeira rutura epistemológica com os antigos “zoos humanos”; a sua apresentação mais moderna pretendia apenas demonstrar os benefícios do desenvolvimento colonial de forma visível.<sup>36</sup> O programa incluía batuques africanos, a apresentação de um encantador de serpentes indiano, e a demonstração “espontânea” das competências artesanais (criação de peças de “arte indígena”) e dos ofícios (“Numa oficina típica, artífices de Macau realizam os seus trabalhos em cedro e cânfora”) dos vários grupos representados.<sup>37</sup>



Figura 4. Irmã missionária de Maria dando uma lição de costura a mulheres e crianças machope do Sul do Save (Moçambique), na secção colonial da Exposição do Mundo Português. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal *O Século*, Álbums Gerais nº 76, doc. 23230.

Para além dos designados “indígenas”, naturais da Guiné (bijagós, mandingas e fulas), Angola (“typungo” e família bosquímano) e Moçambique (muchopes e macondes), considerados incivilizados e sujeitos a um estatuto jurídico específico, foram apresentados na Secção Colonial naturais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, da Índia e de Macau, D. Pedro VII, rei do Congo (Angola), a rainha e a princesa, e um chefe de suco (grupo de aldeias de Timor), D. Francisco da Costa Aleixo, juntamente com a sua esposa, Verónica, dois filhos, um criado e uma criada.<sup>38</sup> Pessoas com hábitos e padrões de consumo ocidentais estavam lado a lado com os nativos que supostamente precisavam de se tornar civilizados por meio da fé católica e do dever moral do trabalho. A função da *performance* era clara: traduzir a hierarquia racial e civilizacional no mundo português. Como brancos, católicos e europeus, no topo da hierarquia, tinham o privilégio de observar os *outros*, mesmo os que eram considerados civilizados.

No arquivo colonial é possível identificar os nomes e as origens das pessoas que figuraram na exposição, e informações sobre o processo de recrutamento e acompanhamento das “representações etnográficas” coloniais até Lisboa.<sup>39</sup> Dalguns

casos temos acesso a fotografias que lhes foram tiradas antes da partida, como nos casos da família de Caetano Francisco Monteiro, da circunscrição de Chupanga, ou de Manuel Bemano, de Sofala, Moçambique.<sup>40</sup> Como é que compreenderam e vivenciaram – individualmente e no seu grupo de pertença – a viagem e a participação no certame, uma grande exibição criada pelo Estado imperial para consumo dos portugueses da metrópole? Pouco sabemos. Uma fotografia de uma mulher enviada pela Companhia de Moçambique para representar o território de Manica e Sofala expressa a saudade da terra à chegada a Lisboa.<sup>41</sup> Como chegar ao ponto de vista, emoções e agência destas pessoas é uma questão que exige reflexão teórica e metodológica e pesquisa histórica inovadora, mas uma crítica pós-colonial não será alcançada sem a assunção da violência, coerção e ilusão envolvidas em todo o processo. Afinal a secção colonial dissimulava a violência, a exploração laboral, a discriminação racial no seio do império, sob um manto festivo.

A exibição dos colonizados em “carne e osso”, exemplos reais da variedade racial e cultural do império, servia propósitos ideológicos e de propaganda, mas também científicos. A secção era também um laboratório, onde diariamente equipas chefiadas pelos cientistas António de Almeida, lente da Escola Superior Colonial, e Artur Ricardo Jorge, director do Museu Barbosa du Bocage, e professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, se deslocavam para medir os “indígenas” segundo diversos parâmetros das “investigações antropológicas”, leia-se da antropometria.<sup>42</sup> Pretendia-se que vitória da “raça civilizadora” se fizesse também através da prática científica, em prol do conhecimento das raças subjugadas.

Não consegui confirmar se os cientistas envolvidos nos estudos antropométricos na Secção Colonial teriam influenciado a decisão de enviar os nativos de volta para os seus locais de origem antes do inverno, mas a Comissão Executiva da Exposição do Mundo Português decidiu por unanimidade fazê-lo, argumentando motivos de saúde, em outubro de 1940.<sup>43</sup> Desde o século XIX que os “zoos humanos” deixavam um terrível lastro de doença e morte entre os “figurantes”. Durante a 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto em 1934, registou-se o falecimento de Papé, natural da Guiné, que integrava o grupo daquela colónia exposto no certame.<sup>44</sup>

A Exposição do Mundo Português levou largos milhares de pessoas ao Jardim Colonial e ao Palácio dos Condes da Calheta (edifício do Museu Agrícola Colonial) mas também foi responsável por um longo período de invisibilidade. O jardim e o museu permaneceram fechados ao público por quase oito anos após o término da exposição. Neste período foram realizadas reparações, nomeadamente a reabilitação da “casa

portuguesa para as colónias” (anteriormente sede da secção colonial) e do restaurante colonial, o arranjo da escadaria de pedra de acesso ao museu e do revestimento em basalto da zona adjacente ao portão de entrada, bem como a demolição de algumas das estruturas construídas no recinto propositadamente para o evento.<sup>45</sup> As esculturas do século XVIII voltaram ao jardim em 1943. O pavilhão de Angola e Moçambique, construído em materiais permanentes, foi demolido a pedido do diretor do jardim, que defendeu que desse lugar a um campo experimental e a um posto meteorológico.<sup>46</sup>

O regresso do Jardim Colonial à sua vocação de ensino, experimentação e investigação e a sua fusão com o Museu Colonial da Agricultura em 1944 (na nova instituição, Jardim Museu Agrícola Colonial) não correspondem exatamente ao futuro previsto por Henrique Galvão para aquele espaço: um “Museu Popular das Colónias”, aquele que em seu entender “incompreensivelmente ainda não existia na capital da terceira potência colonial do mundo”.<sup>47</sup> Galvão pretendia “fazer o trabalho mais duradouro possível”, daí que várias construções não tivessem sido feitas em estafe, mas em alvenaria.<sup>48</sup> Queria assegurar à cidade mais um grande atrativo permanente (junto ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém) e contribuindo para “a formação colonial do espírito português”.<sup>49</sup> No final, a popularização científica colonial no jardim e no museu foi materializada de forma mais modesta pela exposição de plantas tropicais vivas, amostras de produtos agrícolas e florestais e alguns objetos etnográficos das colónias. De qualquer forma, o Jardim Colonial continuaria a ser habitado por vestígios diversos e descontextualizados do programa ideológico e científico nacional-imperialista e moderno do Estado Novo, que a secção colonial corporizou.

#### **4. Dissimulando um legado incómodo?**

Após a descolonização, o renomeado Jardim Botânico Tropical esteve por um longo período sob a dependência do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), herdeiro da Junta de Investigações do Ultramar. Acolheu algumas exposições, nomeadamente a exposição “Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses”, com patrocínio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, de outubro a dezembro de 1992. Porém, debateu-se com uma crónica falta de verba. Nos anos 2000, a Fundação Berardo chegou a patrocinar o JBT, financiando a manutenção das estufas e os trabalhos de jardinagem. Com o passar do tempo, assistiu-se à degradação dos caminhos e do património cultural do jardim.



Num artigo publicado em 2008, a acadêmica estadunidense Ellen Sapega referia-se às ruínas abandonadas e esquecidas (sem qualquer identificação) da secção colonial no JBT e considerava que os resquícios do passado mais recente e concreto – o da colonização portuguesa em África – ainda não haviam sido incorporados na narrativa nacional por meio de atos oficiais de comemoração. Em seu entender: “é mais reconfortante comemorar o início do que o fim, assim como é mais fácil continuar a comemorar a era das descobertas”.<sup>50</sup>

Pela minha parte, quero argumentar que a tentativa de “simulação” da paisagem tropical (que remonta aos primórdios do Jardim Colonial naquele lugar) foi acompanhada pela dissimulação do passado mais incómodo do jardim; não houve da parte da direção da instituição qualquer tentativa de elucidar a ligação daquele local ao projeto imperial novecentista de exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra das populações colonizadas, e ao momento maior de simulação glorificadora da ditadura e do último império colonial português e tradução (espacial) da política de diferença racial que ali ocorreu em 1940.

Claudia Cardozo fez uma dissertação de mestrado sobre o JBT que apontava caminhos para a sua reprogramação funcional e museológica integrada, com base em uma abordagem histórica e na análise das suas funções.<sup>51</sup> O IICT acolheu a investigadora brasileira durante a pesquisa, mas não daria seguimento a uma reflexão alargada sobre as suas propostas.

Desde 2015, devido à fusão por extinção do IICT na Universidade de Lisboa, o JBT pertence à universidade, estando na dependência do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC). No início de 2020, foi reinaugurado, após a conclusão da primeira fase de um programa de reabilitação e beneficiação.<sup>52</sup> A intervenção situou-se ao nível das infraestruturas (rega, caminhos, comunicações). Não houve qualquer atualização da mensagem veiculada ao visitante (figura 5). Nem na entrada ou no interior do JBT (painéis e nova sinalização), nem no elemento de comunicação em papel facultado ao público (*flyer*), se estabelece a relação do jardim com o último império colonial português e concretamente o seu lugar na Exposição do Mundo Português. A componente histórica do jardim foi remetida para um aplicativo, disponibilizado desde junho de 2020, onde além dos percursos “Árvores a não perder”, “Aves” e “Sensores da natureza”, se preparam quatro percursos “Jardim com história”, com uma descrição sumária de 36 pontos de interesse.<sup>53</sup> Num desses percursos, são enumerados e localizados, em jeito de inventário topográfico, o arco de Macau, o restaurante colonial, a casa colonial, os bustos

dos “povos do império”, etc. Quem visita o espaço sem celular ou para quem não descarregar o aplicativo, a visita pode continuar a ser desconcertante, dada a profusão de camadas de história sem a devida contextualização.



Figura 5. Informação ao visitante à entrada do Jardim Botânico Tropical. Foto de Rita Melo, 31 de março de 2021.

Também a televisão pública portuguesa, num programa que emitiu em agosto de 2020 sobre o JBT, omitiu a relação do jardim como último império colonial português e, concretamente, com o maior evento de propaganda do Estado Novo, a Exposição do Mundo Português.<sup>54</sup> No programa, em que a jornalista Paula Moura Pinheiro percorre o JBT com o arquiteto paisagista Luís Paulo Ribeiro, sobressai a ideia de que o JBT é um museu vivo. Porém, as narrativas dos museus não são neutras, veiculam determinadas mensagens aos visitantes. Importa saber se a mensagem que se quer veicular é a

mensagem exaltante da “aventura das plantas” que, graças à expansão marítima, os portugueses promoveram pelos vários continentes, ou uma mensagem que revela a historicidade do espaço e da instituição— entre 1912 e os nossos dias – em toda a sua complexidade.

Em outubro de 2020, foi inaugurado no JBT um evento temporário, denominado “Magical Garden”, que no site do MUHNAC é apresentado como um “espetáculo multimídia de luz, som e projeções de vídeo que nos leva numa viagem sensorial (...) por vários locais do mundo e a várias épocas, com foco nas plantas, fazendo-se assim a ligação ao espaço e ao seu significado”.<sup>55</sup> Trata-se de um evento recreativo, de cariz comercial, sem qualquer pretensão pedagógica (figura 6). No meu entender, reforça o processo de simulação/dissimulação do império colonial português que procurei analisar neste artigo.



Figura 6. Alameda das Washingtonias à entrada do Jardim Botânico Tropical (com a transformação decorrente do festival “Magical Garden Belém”). Foto de Rita Melo, 31 de março de 2021.

## Conclusão

Tanto o Jardim Colonial como o Museu Agrícola Colonial foram instituições científicas profundamente envolvidas no projeto imperial português novecentista. A sua

presença na cidade era relativamente desconhecida do grande público antes de 1940. Durante a Exposição do Mundo Português, sob uma operação de propaganda nacional sem precedentes, o local, transformado em secção colonial, tornou-se um palco vivo do império colonial português na metrópole europeia, uma montagem em miniatura do espaço natural e cultural e da diversidade humana das colónias portuguesas para o público de norte a sul do país. A simulação da diversidade da nação multicontinental portuguesa foi levada ao extremo, permitindo uma experiência de imersão no império, com uma forte dimensão sensorial, para muitos milhares de portugueses que nunca tinham visitado as colónias.

Desde 1974, ano do fim da ditadura e do império, o JBT tem estado sob a dependência de instituições de investigação. No entanto, no período democrático não assistimos à contextualização da amálgama de vestígios coloniais que o jardim comporta. A narrativa exaltante da “aventura das plantas” teima em ofuscar narrativas incómodas. Aquele pedaço de Lisboa, saturado de vestígios do império – desde o programa científico e económico de educação e pesquisa agrícola colonial ao programa ideológico de glorificação imperial e inferiorização dos povos colonizados –, continua a precisar de ser decodificado.

Na sociedade portuguesa, o reverso da apresentação de uma visão idealizada do passado colonial português tem sido o silêncio sobre a violência e a exploração predatória de recursos e pessoas perpetrada durante o ciclo africano do império. Ambos os processos (de simulação de um império benigno e dissimulação da sua face brutal) são heranças difíceis que o Estado Novo legou à Democracia portuguesa e que esta não tem sabido questionar, permitindo que se perpetue uma narrativa sobre o suposto antirracismo inato dos portugueses e a suposta excepcionalidade da colonização portuguesa.

Como refere Katja Kaiser, na sua abordagem do Jardim e Museu Botânico de Berlim como lugar de memória do império alemão, os debates e desenvolvimentos dos últimos anos tornam inevitável que os museus examinem a sua história institucional e das suas coleções, e as suas articulações com o projeto colonial, uma vez que foram participantes comprometidos com a história do colonialismo.<sup>56</sup> No caso tratado neste artigo, a responsabilidade envolve não apenas o Museu Nacional de História Natural e das Ciências, como a Universidade de Lisboa, que tutela, em última instância, o JBT. Investigar, ensinar, promover aprendizagens autónomas, salvaguardar o património fazem parte da missão de qualquer universidade. Espera-se que as novas fases de reabilitação do JBT possam incluir um amplo debate sobre a simulação e dissimulação

do império naquele espaço, como ponto de partida para a criação de interpretações alternativas sobre o jardim, no âmbito de uma pedagogia inclusiva e emancipadora.

## Notas

---

1 SAPEGA, Ellen W. “Remembering Empire/Forgetting the Colonies: Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon Neighborhood”. *History and Memory*, 20, nº 2, 2008, p. 18-38; PERALTA, Elsa. “A composição de um complexo de memória”. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (coord.). *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 361-413 [361]; e PERALTA, Elsa. *Lisboa e a memória do império. Património, museus e espaço público*. Lisboa: Le Monde Diplomatique/Outro Modo, 2017.

2 Entre julho de 2009 e janeiro de 2014, a autora, então investigadora auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, frequentou assiduamente o Centro de Documentação e Informação instalado no Palácio da Calheta, no topo do JBT. A partir de 2012, o seu gabinete de trabalho passou mesmo a ser no rés-do-chão do Palácio da Calheta, circulando pelo jardim numa base quotidiana.

3 SOHIER, Estelle; GILLET, Alexandre; STASZAK, Jean-François (coord.). *Simulations du monde. Panoramas, parcs à thème et autres dispositifs immersifs*. Genève: MétisPresses, 2019, p. 11. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:117205>. Acesso em: 02 out. 2020.

4 GONÇALVES, Márcia. “The Scramble for Africa Reloaded? Portugal, European Colonial Claims and the Distribution of Colonies in the 1930s”. *Contemporary European History*, 2020, p. 1-14 [11].

5 Sobre a educação colonial nas escolas portuguesas nas duas primeiras décadas da ditadura, ver: PAULO, João Carlos. *A honra da bandeira. A educação colonial no sistema de ensino português (1926-1946)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992. Sobre a propaganda colonial, ver: CAIRO, Heriberto. “‘Portugal is not a small country’: maps and propaganda in the Salazar regime”. *Geopolitics*, 11, nº 3, 2006, p. 367-395. Sobre as exposições do salazarismo, ver: ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

6 GALVÃO, Henrique. 1934. CAIRO, Heriberto. “‘Portugal is not a small country’: maps and propaganda in the Salazar regime”. *Geopolitics*, nº 11, 2006, p. 367-395.

7 ALEXANDRE, Valentim. “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”. *Penélope*, nº 15, 1995, p. 39-52 [50-51].

8 ALEXANDRE, Valentim. Op. cit., p. 51.

9 Com o Salazarismo, os “Descobrimientos” foram estrategicamente invocados para legitimar o regime e a ideologia nacionalista. POLANAH, Paulo S. “‘The Zenith of our national history!’: National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese discoveries: Portugal 1930s”. *e-JPH* 9, nº 1, 2011, p. 39-62 [58].

10 FERRO, António. “Carta aberta aos portugueses de 1940”. *Revista dos Centenários*, nº 1, 1939, p. 19-23 [19].

11 Nas primeiras páginas da imprensa lisboeta, como o *Diário de Notícias* e *O Século*, de 23 de junho de 1940, além das notícias da inauguração da Exposição do Mundo Português e do armistício entre a França e a Alemanha assinado na véspera, são publicados os telegramas trocados entre o “Führer” e o presidente da República portuguesa a propósito das festas do duplo centenário.

12 Base 2ª, Decreto régio com força de lei de 25 de Janeiro de 1906. *Diário do Governo*, nº 21, 27 de Janeiro de 1906.

13 O exemplar pode ser visto perto do final da alameda principal do actual JBT, ladeada em toda a sua extensão por palmeiras das espécies *Washingtonia filifera* e *Washingtonia robusta*. Cf. ANÓNIMO, “Jardim Botânico Tropical: um jardim com história e com histórias”. *ULisboa*, Dezembro 2016, p. 22.

14 FRAGATEIRO, Bernardo de Oliveira. “Jardim Colonial (Belém)”. In: RAMALHO, Robélia de Sousa Lobo (ed.). *Guia de Portugal Artístico. Lisboa Jardins, Parques e Tapadas*, 23. Lisboa: s.n., 1935.

15 CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 75, 17 Abril 1914, p. 20.

16 SENADO. *Diário do Senado*, Sessão nº 75, 17 Abril 1914, p. 3. A constituição republicana de 1911 implementou um modelo parlamentar, com duas câmaras eleitas: a Câmara dos Deputados e o Senado. A função deste, era contrabalançar politicamente a câmara baixa.

17 Idem. *Diário do Senado*, Sessão nº 75, 17 Abril 1914, p. 6; e sessão nº 77, 21 Abril 1914, p. 12-13.

18 Idem. *Diário do Senado*, Sessão nº 75, 17 Abril 1914, p. 5.

19 Decreto nº 5.717, *Diário do Governo*, I série, nº 98, 10 Maio 1919, p. 1.131-1.134.

20 PROENÇA, Raul Proença. *Guia de Portugal. I Generalidades, Lisboa e Arredores*, 402. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1924.

21 FRAGATEIRO, Bernardo de Oliveira. Op. cit., p. 23.

22 ACCIAIUOLI, Margarida. Op. cit.; NOBRE, Pedro Nunes. *Belém e a Exposição do Mundo Português: cidade, urbanidade e património urbano*. Projeto de mestrado. Lisboa: Mestrado em História de Arte/ Universidade Nova de Lisboa, 2010.

23 PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. Comemorações Centenárias. Ofício do chefe de gabinete do ministro das Colónias para o gabinete do ministro das Obras Públicas, Lisboa, 26 de Julho de 1939, transmitindo as preocupações do director do Museu Agrícola Colonial em relação aos trabalhos de adaptação do Palácio da Calheta para albergar parte da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português.

24 MOTA, Francisco Teixeira da. *Henrique Galvão: um herói português*. Lisboa: Oficina do Livro, 2011.

25 ANÓNIMO. “Exposição do Mundo Português. O deslumbramento da Secção Colonial”. *Diário de Lisboa*, 16 Jun. 1940. p. 9.

26 GALVÃO, Henrique. Op. cit.

27 Um entrevistado de Patrícia Ferraz de Matos refere que a Secção Colonial estava na penumbra. A autora refere que objetivo do uso da “luz negra” podia ser recriar o ambiente de uma floresta densa. MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 211.

28 PERALTA, Elsa. “A composição de um complexo de memória”. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (coord.). *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 361-413 [362-363].

29 GALVÃO, Henrique. “Prefácio”, *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*. Lisboa: s.n., 1940.

30 NUNES, Eduardo. “O Sítio de Belém no seu tempo”. *Colóquio. Artes*, nº 87, 1990, p. 26.

31 Sobre o poder da vista a partir de cima que a fotografia aérea permite, ver: COSGROVE, Denis; FOX, William L. *Photography and flight*. London: Reaktion, 2010.

32 MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 212-215.

33 VARGAFTIG, Nadia. “Para ver, para vender: o papel da imagem fotográfica nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940)”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 343-353 [348].

34 Sobre esta articulação entre exotismo e conhecimento nos “zoos humanos”, ver: BLANCHARD, Pascal; BANCEL, Nicolas; BOËTSCH, Gilles; DEROO, Éric; LEMAIRE, Sandrine. “Human zoos: the greatest exotic shows in the West”. In: BLANCHARD, Pascal; BANCEL, Nicolas; BOËTSCH, Gilles; DEROO, Éric; LEMAIRE, Sandrine (orgs.). *Human Zoos: Science and spectacle in the Age of Colonial Empires*. Liverpool: Liverpool University Press, 2008, p. 16-21.

35 Uma série de vinte bilhetes postais ilustrados, que podiam ser adquiridos pelos visitantes no Pavilhão de Informações da Secção Colonial, com “indígenas” de Angola e Guiné, a princesa do Congo, cenas de batuque, pavilhões e outros aspetos da exposição podem ser consultados no Museu Virtual da Lusofonia. Disponível em: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/galeria/?categoria=exposicao-do-mundo-portugues-1940>. Acesso em: 30 Mar. 2021. Na Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se outro conjunto de postais a partir de fotografias de Elmano Cunha e Costa (inclui fotografia do rei do Congo, da rainha e da princesa e do régulo timorense). Disponível em: <http://purl.pt/27828>. Acesso em 2 outubro 2020.

36 BLANCHARD, Pascal et al. Op. cit., p. 36-37.

37 “O batuque de hoje na secção colonial”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 1 Ago. 1940, p. 2. “Exposição do Mundo Português - Festa na secção colonial”. *Primeiro de Janeiro*, Porto, 11 Set. 1940, p. 1. *Exposição do Mundo Português - Secção Colonial [: Catálogo]*. Lisboa: Neogravura, 1940, p. 278. *Exposição do Mundo Português - Secção Colonial: Guia Oficial*, Lisboa: Neogravura, 1940.

38 Atendendo aos excessos ocorridos durante a Exposição Colonial do Porto, de 1934, o *Guia Oficial* da Secção Colonial alertava: “É proibido entrar nas aldeias indígenas mas todas elas são perfeitamente visíveis do exterior das paliçadas”.

39 PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino, n.º 177, 228, 536, 538B e 735 (Exposição Histórica do Mundo Português e Comissão nacional dos Centenários).

40 PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Companhia de Moçambique, cp. 1, nº 3.046 e 3.054. Disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3683170> e <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3683172>. Acesso em: 30 Mar. 2021.

41 PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Companhia de Moçambique, cp. 34, nº 3.055, 1. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3683164>. Acesso em: 30 Mar. 2021. Eventualmente trata-se da mulher retratada com o marido, ourives, e os filhos nesta outra fotografia. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3683168>. Acesso em: 30 Mar. 2021.

42 ANÓNIMO, “Exposição do Mundo Português - A ‘Festa dos Lusíadas’”. *Diário de Lisboa*, 1940, p. 7, cit. BAPTISTA, Maria Manuel. “A lusofonia não é um jardim ou da necessidade ‘de perder o medo às realidades e aos mosquitos’”. In: MARTINS, Moisés Lemos; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (coord.). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 23-44 [p. 30].

43 PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Secretariado Nacional de Informação, cx. 2.820. “Acta da Comissão Executiva da Exposição do Mundo Português, October 17, 1940”. Cit. In: NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. “*O Brasil Colonial*” e a Exposição do Mundo

---

*Português em 1940*. Tese de doutorado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 123.

<sup>44</sup> THOMAZ, Omar Ribeiro. "Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "Raça" e "Nação" nas primeiras décadas do Salazarismo." In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (org.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 85-86.

45 PORTUGAL. Secretaria Geral do Ministério da Economia, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, PT/AHMOP/CAPOPI/Secretaria/031, cx. 31, Execução de trabalhos no Jardim Colonial (1941-1947).

46 PORTUGAL. Secretaria Geral do Ministério da Economia, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, PT/AHMOP/CAPOPI/Engenharia/010/014, cx. 10, Muros de vedação entre os jardins do Palácio Nacional de Belém e do Jardim Colonial e remoção de entulho (1943).

47 GALVÃO, Henrique. Op. cit.

48 Galvão ignorou as indicações iniciais para a construção dos pavilhões em estafe. Nas primeiras construções usou alvenaria e cimento, ultrapassando largamente o orçamento estabelecido para a sua secção. OLIVEIRA, Alexandre Costa. "*O fecho da abóboda*": o Museu de Arte Popular e a acção do Secretariado da Propaganda Nacional. Tese de doutorado. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018, p. 82, nota 35.

49 Idem.

50 SAPEGA, Ellen W. Op. cit., p. 33-34.

51 CARDOZO, Cláudia. *O Jardim Botânico Tropical / IICT e seus espaços construídos: uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada*. Tese de Mestrado em Museologia e Museografia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

52 A intervenção traduziu-se na renovação do sistema de distribuição de água para rega, dos pavimentos, muros e canteiros, na limpeza de matagais que afogavam alguns recantos, na restauração de vegetação rara e na recuperação da sinalética dos caminhos e dos espécimes do jardim. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 25 Jan. 2020. Informação sobre a reabilitação do JBT também disponível em: <https://reabilitacao-jbt.ulisboa.pt/>. Acesso em: 02 Out. 2020.

53 O aplicativo JBT está traduzido em quatro línguas (português, inglês, francês e espanhol) e foi concebida para sistema Android 6.0. Pode ser descarregado em: <https://jbt.ulisboa.pt/>.

54 Visita Guiada dedicado ao Jardim Botânico Tropical, episódio 3, transmitido a 22 Jun. 2020, RTP2. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p7378/e479685/visita-guiada>. Acesso em: 02 out. 2020.

55 Notícia disponível em: <https://www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/magical-garden-belem> Acesso em: 3 out. 2020.

56 KAISER, Katja. "Exploration and exploitation: German colonial botany at the Botanic Garden and Botanical Museum Berlin". In: GEPPERT, Dominik e MÜLLER, Frank Lorenz (ed.). *Sites of imperial memory: Commemorating colonial rule in the nineteenth and twentieth centuries*. Manchester: Manchester University Press, 2015, p. 225-242 [238-239].